

ONAL

GAZETA MERCANTIL

05 SET 2006

CONJUNTURA

Economia - Brasil

Albert Fishlow afirma que o Brasil não tem política fiscal

Economistas fazem críticas à política econômica baseada no aumento de gasto e de carga tributária

SIMONE CAVALCANTI
SÃO PAULO

O grande espaço que o Estado ocupa na economia, o excesso de tributação e o baixo nível de investimentos mostra que atualmente o governo brasileiro não tem uma política fiscal. "Hoje só há queixas da política monetária porque é a única disponível no Brasil", criticou ontem Albert Fishlow, diretor do Center for Brazilian Studies e professor da Universidade de Columbia.

"Ou se reconhece isso ou não haverá crescimento sustentável", disse o especialista para quem muito mais do que projetar uma taxa de crescimento para este ano, é importante ter a visão de crescimento no futuro e, se nada for feito, o Brasil continuará a amargar o que é chamado "vão de galinha" — anos alternados de fraca e forte expansões. Com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, Fishlow disse acreditar ser difícil até haver crescimento de 3% em 2006.

O especialista afirma que essa visão mais pessimista para a economia brasileira nos próximos anos se deve-se a uma série de elementos. Um deles é que o Brasil não pode crescer mais do que 3,5% ao ano, com uma taxa de investimento em torno de

20% do PIB. A China, exemplificou ele, apresenta taxa de 45%, a Coreia mais de 30% e a Índia mais de 25%.

Raul Velloso, especialista em contas públicas também não poupou críticas à política fiscal do governo dizendo que o modelo econômico atual é de expansão da carga tributária e, portanto, não é um modelo de crescimento do produto.

Segundo o economista, o nível de arrecadação de receitas do Brasil (37,7%) é igual ao de países considerados de baixo risco (35%) e muito superior à média daqueles considerados de alto risco (23,4%).

Outro exemplo foi com relação ao crescimento da receita bruta da União que, em 1997, era de 11,7% e, no ano passado, chegou a 17,2%. "Em tese a carga tributária brasileira pode sempre aumentar apesar de acharmos que ela chegou ao limite. A diferença é que o serviço que os países que têm carga igual ou superior a do Brasil prestam é muito melhor", disse o economista durante palestra no 1º Seminário Internacional de Crescimento Sustentável da Associação Nacional das Instituições de Crédito Financiamento e Investimento (Acrefi).

E a carga tributária aumenta porque as despesas correntes do governo não param de crescer. Velloso elenca quatro pontos que precisam ser ajustados, o mais cedo possível nas despesas

públicas. O primeiro deles é a relação entre benefícios pagos e contribuintes da previdência social, que era de 7,9 contribuintes para cada beneficiário nos anos 50, caiu para 4,5 nos 70 e atualmente é de 1,4. Concomitantemente é necessário desvincular o reajuste do salário mínimo do restante dos benefícios previdenciários e também instituir a idade mínima para a aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O quarto problema que precisa ser atacado nos primeiros momentos do novo governo, disse, é o aumento de gastos dos poderes autônomos (Legislativo, Judiciário e Ministério Público), que subiram de 5,8% dos gastos em 1987 para 18,8% em 2005.

"Não importa se o dia D do esgotamento do superávit será em 2007 ou 2009, o próximo governo só tem

uma chance para aprovar medidas impopulares: no início", disse, referindo-se à redução dos gastos com previdência e pessoal, mudanças na forma dos benefícios e estabelecimento da idade mínima.

Ao mesmo tempo em que as finanças são elemento importante para o desenvolvimento, todos os participantes do evento destacaram que também é preciso voltar os olhos para educação. "Se o País não der atenção à educação acabará em situação negativa para concorrer", alertou Fishlow. "É impossível continuar assim".



Albert Fishlow